

6 JAN 1987

ASS. CONSTITUENTE

PAG. A-2
Marcelo Leite

Um debate público

A uma semana da instalação do Congresso constituinte, mesmo não sendo a Assembleia Constituinte dos sonhos de muitos, a discussão sobre os rumos da educação e da Universidade não apresenta um panorama animador. Se os grandes temas da futura Constituição foram relegados a um segundo plano, graças ao monopólio exercido pelos interesses em jogo na disputa pelos governos estaduais, a educação esteve seguramente na ribeira desse debate, por si só já quase inexistente.

Na semana que passou, o quadro não foi melhor. O noticiário sobre o setor esteve dominado pelas ameaças da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) de não reiniciar as aulas no próximo mês de fevereiro. Motivo: o reajuste de 35% das semestralidades determinado pelo governo federal. A proposta da Federação — de resto, uma forma de pressão repudiada como "irresponsável" por pelo menos uma das entidades que congrega, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo — é mais uma demonstração de que muitas organizações da sociedade civil não revelam ainda qualquer pudor de usar o público como refém em defesa de seus interesses corporativos.

A Fenen sequer se deu ao trabalho de dourar a pílula com o argumento da sobrevivência do ensino particular, e da "liberdade de escolha", pedra de toque de uma campanha publicitária difundida há algumas semanas pela entidade. Nunca é demais lembrar que foi este tipo de palavra de ordem que levou centenas de milhares de pessoas às ruas, na França, na primeira manifestação de massa contra o governo socialista de Mitterrand. Em dezembro, outro tema carnalato — reforma universitária — mobilizou um fugaz e virulento protesto de estudantes, que produziu uma morte e a defecção do ministro Alain Devaquet do gabinete de Jacques Chirac.

ANC 88

Pasta 20 a 30

Jan/87

099

A cena brasileira, ao contrário, é um deserto. A UNE e o grosso das organizações estudantis vegetam em um semi-anonimato. A Confederação dos Professores do Brasil (CPB) encerrou semana passada seu 20.º Congresso, que rendeu como destaque a proposta de uma paralisação geral de um dia, sem data marcada, reivindicando piso salarial de cinco salários mínimos. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) iniciou ontem seu 6.º Congresso Nacional, que tem entre os itens de pauta, é verdade, a discussão de propostas para a Constituição, mas é quase certo que os debates deverão se polarizar em torno de temas como a equiparação salarial pretendida pelos docentes das universidades federais. Ou, quem sabe, o sistema de avaliação preconizado pelo Ministério da Educação, mais pelas resistências de caráter corporativo que desperta do que pela contribuição que poderia trazer para a modernização das universidades.

A justa disputa entre diferentes interesses particulares ou corporativos é normal e mesmo saudável, em especial no período constituinte que se inicia no próximo domingo. Para que o debate possa avançar, no entanto, e para que possa ser chamado corretamente de "democrático", é imperioso pôr na mesa argumentos de interesse geral. É unicamente do embate entre eles que pode nascer o consenso. A comunidade dos educadores e docentes, por definição voltada para a discussão racional e desimpedida entre pares, perde a oportunidade de dar um bom exemplo não trazendo a educação e seus problemas para um debate verdadeiramente público.

Continuar